



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 10, Issue, 09, pp. 40197-40204, September, 2020

<https://doi.org/10.37118/ijdr.20018.09.2020>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

JOSÉ DE ALENCAR E JOAQUIM MANUEL DE MACEDO: OBRAS E DISCURSOS ABOLICIONISTAS INVISÍVEIS NO ENSINO DE LITERATURA E HISTÓRIA

Prila Leliza Calado*

Setor de Educação Profissional e Tecnológica, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil, 81520-260

ARTICLE INFO

Article History:

Received 10th June 2020

Received in revised form

14th July 2020

Accepted 11th August 2020

Published online 29th September 2020

Key Words:

Slavery. Abolition. Teaching.
Brazilian literature. History of Brazil.

*Corresponding author:

Prila Leliza Calado

ABSTRACT

This work highlights two Brazilian literary works of fiction that have slavery as a context: *O demônio familiar* (1857), by José de Alencar and *Simeão, o crioulo* (1869), by Joaquim Manuel de Macedo. The political positions of each author regarding the abolition of slavery in the country and the way in which they come to life in the texts will be emphasized, both bringing the black slave as a central, manipulative and perverse character. For Alencar, liberation would not be the best option for the country's economic and social evolution, since he even wrote letters to the Brazilian Emperor, asking him to maintain the system; for Macedo, on the other hand, it was the captive who caused harm to society - he called for abolition, but not because of the brutality of the system, but because the society needed protection from an African "threat". In parallel, we highlight the invisibility of these productions in the teaching of Brazilian Literature, as well as the representations of the enslaved black as an invisible social subject in the teaching of History of Brazil. Above all, we aim to highlight the greatest barbarism: the one suffered by Africans during more than three hundred years of slavery to which they were cowardly submitted in Brazil.

Copyright © 2020, Prila Leliza Calado. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Prila Leliza Calado, 2020. "José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo: obras e discursos abolicionistas invisíveis no ensino de literatura e história". *International Journal of Development Research*, 10, (09), 40197-40204.

INTRODUCTION

O objetivo deste trabalho é, em primeiro plano, analisar duas obras literárias de ficção brasileiras de autores e estilos diferentes, mas que foram escritas na segunda metade do século XIX e que tem o mesmo pano de fundo: a escravidão. São elas: *O demônio familiar*, peça teatral de José de Alencar, escrita em 1857, e *Simeão, o crioulo*, primeira das três novelas que compõem a obra *As vítimas-algozes: quadros da escravidão*, de Joaquim Manuel de Macedo, produzida em 1869. A análise será feita considerando os posicionamentos políticos de cada autor a respeito da abolição da escravatura no Brasil, suas razões e argumentos e como essas posições ganham vida com os papéis dos escravos nos textos, ambos trazendo o negro como personagem central. Por meio desta análise será possível observar como os autores descrevem a manipulação exercida pelos escravos sobre os membros das famílias, seus objetivos, ambições e sentimentos, assim como os desfechos e as conclusões propostas em cada obra. Num segundo plano, desejamos destacar dois aspectos invisíveis no cenário da educação brasileira: a abstração dessas duas produções literárias, bem como dos discursos de seus autores do ensino de Literatura Brasileira; e as representações

pejorativas do negro africano e seus descendentes na condição de escravos submissos e passivos no ensino de História. Para tanto, passemos primeiramente a um panorama histórico da época para que melhor possamos embasar nossa argumentação. A segunda metade do século XIX no Brasil foi marcada por tensões sociais, especialmente no que se refere às relações de trabalho. Leis como a Eusébio de Queirós (1850), a do Ventre Livre (1871), a dos Sexagenários (1885) e por fim a Lei Áurea (1888) mostram a inquietação em torno da questão da mão-de-obra escrava. Após a Proclamação da Independência em 1822, o governo brasileiro passou a ser pressionado pela Inglaterra para tomar providências quanto à escravidão, abolindo o tráfico negreiro. O Império brasileiro se via compelido a adotar um sistema trabalhista baseado na mão-de-obra livre, para conseguir aumentar o mercado consumidor interno, tendo em vista os muitos investimentos ingleses em nosso território. Com o fim da Guerra da Secessão em 1865, Estados Unidos e França também passaram a pressionar o Império no sentido de que o sistema escravagista fosse abolido definitivamente e que o trabalho livre e remunerado tivesse espaço aberto no país. No entanto, depois de estabilizada a dominação estatal por meio de processos de centralização política e administrativa, a elite imperial preocupou-se em

estabelecer os laços de legitimidade social a partir da construção de uma identidade cultural para o país. Em outras palavras, o poder político precisava construir um símbolo que congregasse em si os sentimentos de comunhão e unidade – a Nação. Essa tarefa coube aos intelectuais do romantismo brasileiro e, deliberadamente, a proposta romântica elegeu o índio como herói nacional, relegando ao esquecimento a figura do negro – a imagem do indígena estava, pois, associada à docilidade e à felicidade. Seu contato com a natureza revelava, para o romantismo, a inocência humana que fora perdida com a civilização moderna e sob a influência dos romantismos europeus o índio tornara-se o bom selvagem. Nesse sentido, o indianismo representou a descoberta de um passado conveniente e comum que faltava.

Contudo, não podemos deixar de mencionar que, ao longo do período imperial, o tema da escravidão foi constantemente discutido, desde o processo de independência até a sua abolição, o que levou também à abolição da monarquia. Naturalmente, devido a todas as situações de tensão e violência que permeavam a rotina da sociedade brasileira, o meio literário não poderia deixar de ser influenciado, muito menos de tomar a escravidão como tema de suas histórias. Na literatura oitocentista, o escravo foi representado por meio de variadas abordagens: de José de Alencar a Machado de Assis, o cativo está lá, eternizado nas páginas das obras daquele período, comprovando a importância da literatura do século XIX em nos fornecer um retrato singular do escravo e da abolição. Mas de fato, tanto na historiografia quanto nos próprios projetos das maiores vozes do abolicionismo brasileiro, permaneceu o discurso racista, permeado por uma concepção que não via no escravo nenhuma historicidade nem papel ativo na abolição, nem muito menos considerando um sujeito histórico: os negros não eram vistos como pessoas, mas como animais ou objetos de propriedade, incapazes de ter consciência sobre sua própria condição. Nos anos de 1860, já extinto o tráfico, a questão voltou novamente à pauta de discussões políticas, dessa vez com a proposta que ficou conhecida como a emancipação do ventre; e em 1866 o Comitê Francês de Emancipação enviou um comunicado a D. Pedro II pedindo uma solução definitiva para o problema da escravidão. Dessa discussão resultou a instituição da Lei do Ventre Livre em 1871.

MATERIAIS E MÉTODOS

Muitos foram os autores que escreveram – tanto textos ficcionais quanto políticos – contra ou a favor da manutenção do sistema escravagista no Brasil. Foi nesse contexto que José de Alencar (1829-1877) elaborou um rico conjunto de argumentos por meio de seus discursos parlamentares a respeito da escravidão durante o Império e contra a penetração de interesses estrangeiros no país. Assunto pouco evidenciado nas aulas de Literatura Brasileira, José de Alencar também era advogado, professor do curso de Direito, atuou como jornalista e também na política: embora D. Pedro II não simpatizasse com o escritor, não se opôs a sua escolha para o cargo de Chefe da Secretaria do Ministério da Justiça do Império, em 1858. Fugindo da aura poética de seus romances, encontramos nas *Cartas a favor da escravidão* (1867) algumas considerações sobre a constituição da identidade nacional, sobre o cruzamento das raças e, surpreendentemente, a defesa da ideia de que o sistema escravagista não poderia ser extinto imediatamente do país. Na visão de Alencar, a escravatura era um estágio do desenvolvimento civilizatório, pois ela se

configurava como a primeira instituição que gerava e sedimentava os grupamentos humanos, ou seja, ela estava na base da humanidade desde os primórdios. Para ele, toda relação entre grupos sociais tinha como objetivo o aperfeiçoamento, o que se daria por meio da apropriação do outro, através de sua escravização. Assim, em suas cartas ao Imperador, o escritor criou uma espécie de história da evolução humana “de bolso” para justificar a manutenção da escravatura e, mesmo reconhecendo tal sistema como repugnante, afirmava que ainda não seria hora de se desfazer dele.

Todas as vezes que houve necessidade de reparar uma solução de continuidade entre os povos, a escravidão se desenvolveu novamente, a fim de preencher sua missão eminentemente social. Primitivamente os povos caminharam pela conquista. [...] Assim, desde as origens do mundo, o país centro de uma esplêndida civilização é, no seu apogeu, um mercado, na sua decadência, um produtor de escravos. [...] Modernamente, os povos caminham pela indústria. São os transbordamentos das grandes nações civilizadas que se ecoam para as regiões incultas, imersas na primitiva ignorância. O escravo deve ser, então, o homem selvagem que se instrui e moraliza pelo trabalho. Eu o considero nesse período como o neófito da civilização. (Alencar 66-67)

Escritas em 1867 e 1868, como um tipo de alerta ao Imperador, as cartas enfatizavam que o empreendimento da construção da nacionalidade só havia sido iniciado com a colonização e que somente com a independência é que se deu o nascimento do povo brasileiro. O autor chega a atribuir certa infantilidade à nação, pois para ele, era ainda muito recente a sua gênese, sendo por essa razão justificável que o país continuasse a adotar o sistema escravocrata, e, acima de tudo, sem que fosse criticado de forma alguma por nenhum outro país do mundo.

Ao Brasil, pois, é que se há de estranhar a demora neste supremo esforço, quando ainda está ele na infância, contando apenas quarenta e quatro anos de existência política, depois de três séculos de isolamento e abandono? Tanto vale escarnecer da criança porque não se tornou homem ainda! Não temo, senhor, para nossa pátria, que lhe venha desonra de conservar a escravidão por algum tempo ainda, depois de geralmente abolida. Seremos os últimos a emancipar-nos dessa necessidade; mas há quem possa atirar-nos a pedra por esse pecado da civilização? Se esse povo existe, de consciência limpa, ele que se levante. (Alencar 106-107)

É imprescindível entender o pensamento social de José de Alencar para tentarmos também estabelecer uma relação com a obra literária que pretendemos analisar neste trabalho. Para ele, o fim da escravidão representava o fim da sociedade brasileira, que era composta por três pilares: a mão de obra, o governo e a economia agrária. A libertação levaria os escravos à miséria, ao conflito entre classes, à falência do Estado e à consequente destruição do crédito nacional. Por isso, sob seu ponto de vista, a liberação dos escravos instaurada de maneira abrupta por meio de uma lei não seria indicada, sendo a ideia do autor transformar o negro em servo ou criado, de uma maneira mais “cordial” e “amena”. Isso evitaria que o escravo liberto se tornasse inimigo de seu antigo senhor, uma vez que com a lei instaurada os negros poderiam adquirir uma autonomia

prejudicial aos brancos. Novos costumes e ideias seriam então a maneira mais eficaz de se libertar os cativos, ou seja, gradativamente e sem a intervenção do Estado, pois, por mais que o autor se dirigisse ao Imperador em suas cartas, ele não via no Estado a solução do problema, o que pode ser confirmado por meio de seu depoimento de 1865, trazido por Afrânio Coutinho no livro *A polêmica Alencar-Nabuco* (1965):

Nem nos meus discursos, nem nos meus escritos aplaudi a escravidão; respeitando-a como lei do país, manifestei-me sempre de sua extinção espontânea e natural, que devia resultar da revolução de costumes, por mim assinalada. (Coutinho 58-59)

Outra figura de destaque no cenário literário e político da segunda metade do século XIX é Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), um literato da Corte, de família abastada, que tinha contato muito próximo com a família real. Embora formado em Medicina, nunca exerceu a profissão de médico e, além de lecionar História no aristocrático Colégio Pedro II, Macedo foi preceptor dos filhos da Princesa Isabel – fato pouco conhecido. Para ele, o ser nacional residia na opulência e no cosmopolitismo da corte Imperial, por isso retratou por várias vezes em seus romances os costumes burgueses e a cultura europeia instalada no Brasil. O escritor analisou o escravo do seu ponto de vista de homem nobre, atribuindo periculosidade e perversidade ao negro, tentando resguardar os interesses da sua classe e afirmando que era o cativo, produto da escravidão, que lhes causava mal, e não o contrário. Tentava convencer os proprietários escravagistas da necessidade da abolição, uma medida para beneficiar a eles próprios e propôs uma espécie de “abolicionismo às avessas”, já que não tocava no assunto de cor ou raça, mas apontava a necessidade de colocar fim à escravidão, instituição que gerava perversidade no escravo, que de vítima se transformava em algoz. Não por acaso, a Princesa Isabel, daria a sentença final, a abolição de 1888, deixando milhares de escravos sem rumo e sem perspectivas, já que a Lei Áurea – composta apenas de dois artigos – não trazia nenhuma diretriz de como os negros deveriam começar a ser tratados a partir de então. Em outras palavras, mesmo depois de libertos eles continuaram trabalhando por salários muito inferiores aos que se pagavam aos brancos (isso quando conseguiam empregos assalariados) continuavam a ser julgados pela cor de sua pele. Vejamos o conteúdo da Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888, disponível no site da Presidência da República brasileira:

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléa Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.

O secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas e interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67o da Independência e do Império.

Princesa Imperial Regente (Presidência da República).

Todavia, é muito comum ler que, após a promulgação da Lei Áurea, a mão de obra escrava foi simplesmente substituída por serviços prestados por imigrantes. A informação – repetida exaustivamente pela grande maioria dos livros didáticos de História – não foi uma realidade em todo o Brasil, ainda que mais comum no estado de São Paulo. Na mesma esteira de referências equivocadas em materiais didáticos, percebemos muitas vezes a ênfase do episódio da abolição sob a perspectiva branca, omitindo as articulações dos escravos para a própria emancipação. Não se mencionam na maioria dos livros os processos de fuga, de compra da liberdade e as associações negras de autoeducação que existiram posteriormente à abolição. Dessa forma, entendemos que os alunos de maneira geral não conseguem ter uma compreensão da importância dessa questão de ancestralidade, para consequentemente apreenderem a riqueza e a diversidade cultural que herdamos dos afrodescendentes trazidos para o Brasil. Os negros escravizados não eram burros de carga que somente trabalhavam, eles tinham uma vida cotidiana. Ou seja, é preciso valorizar esses sujeitos históricos e no momento em que isso não faz parte do conteúdo do instrumento de ensino, as chances do debate ser levantado em sala obviamente diminuem. Outro fato que é pouco examinado pelo livro didático diz respeito aos inúmeros quilombos e a importância desses espaços, hoje, como forma de resistência e de preservação de memória – ao invés de somente citar o Quilombo de Palmares e seu líder Zumbi como símbolos, mas sem maiores reflexões significativas para a desconstrução de hierarquias sociais e de raça.

Na segunda fase de sua carreira literária, Macedo se rendeu ao Naturalismo, que, segundo a crítica, se expressou de maneira mais explícita em *As vítimas-algozes: quadros da escravidão*. Como a obra foi escrita em 1869, ainda no período do Romantismo, não podemos afirmar que seja naturalista; o correto seria dizer “pré-naturalista”, como explica a biógrafa do autor, Tania Serra (Serra 159). A exposição do homem-animal, corrompido pelo opressor sistema escravista, a degradação moral beirando ao extremo, entre outros aspectos, definem *As vítimas-algozes* como precursora do Naturalismo. A descrição do escravo como um ente não humano, como uma criatura animal escassa com instintos ferozes, capaz de corromper e matar chocou a sociedade da época. O crítico literário Antonio Candido explica que enquanto em outros de seus romances, “a maldade é provisória, o bem, definitivo”, em *As vítimas-algozes* Macedo mostrou que o mal da escravidão era permanente: “Se não fosse o vinco amargo deixado pela escravidão na sua consciência de homem e escritor (*Vítimas Algozes*), poderíamos dizer que o mal, para ele, era no fundo um recurso literário, feito para realçar o bem...” (Candido 127). É importante lembrar que Joaquim Manuel de Macedo, obviamente, não obteve o mesmo e grande sucesso de *A Moreninha* com *As vítimas-algozes*. Chegamos aqui a um momento em que se faz necessário explicar que a inspiração do abolicionismo brasileiro foi o positivismo. O movimento abolicionista brasileiro se contrapôs aos preceitos cristãos, diferentemente, por exemplo, do abolicionismo norte-americano, de fundo religioso. Contrapondo-se a tais preceitos, o movimento no Brasil teve um fundamento científico, positivista, propondo o fim imediato da escravidão, sem indenização, sem nenhum tipo de projeto social para os negros recém-libertos. Na última hora, parte do clero entrou no processo abolicionista, e assim se chegou à abolição em 13 de

maio de 1888. Tivemos, de fato, uma abolição sem nenhuma intenção de reparação ou proposta social de compensação para os milhares de escravos decretados livres: o importante era trazer ordem e progresso para o país, tal como pregava o positivismo. Vemos assim como liberalismo, positivismo e catolicismo se entrelaçaram para colocar fim à escravidão naquela ocasião. A abolição foi uma ideia liberal, mas o fundamento do abolicionismo brasileiro foi o positivismo e não o liberalismo. Apesar disso, o golpe derradeiro contra a instituição foi a entrada do clero no processo. Sabe-se que Joaquim Manuel de Macedo era um comportado católico; porém, a proximidade tanto do positivismo quanto do catolicismo revela outra faceta de seu controverso abolicionismo.

Em nome dos princípios cristãos ridicularizava a “feitiçaria” dos escravos, propagando a necessidade de conduzi-los à verdadeira fé. Ao mesmo tempo em que se mantinha fiel ao papel da Igreja no processo de aculturação do escravo e no próprio abolicionismo, seguiu os princípios positivistas de Comte. Pode-se afirmar que *As vítimas-algozes* é uma narrativa pré-naturalista, baseada nos princípios comteanos de causa e efeito: a causa era a escravidão, os efeitos eram os crimes e imoralidades que os escravos levavam a seus senhores. Para acabar com esses nefastos efeitos, Macedo aponta a necessidade de acabar com a causa, a escravatura. Seguindo os princípios científicos da época, expunha a degradação do escravo e sua propensão a cometer crimes. O autor faz questão de descrever as características físicas de seus personagens escravizados de forma degradante, os quais ainda apresentavam uma degeneração psíquica. Ou seja, o autor seguiu à risca o cientificismo do século XIX, valendo-se da ciência, e também do catolicismo, para mostrar a necessidade de aculturar os escravos e de libertar os senhores das garras desses supostos “animais”.

José de Alencar, que mesmo seguindo a tradição romântica e dela se valendo para estruturar um plano de formação para uma literatura nacional no romance, viu no teatro a possibilidade, baseado no realismo francês, de tentar instituir a mudança nos palcos e unir forças para um melhor desempenho da literatura nacional. Para ele, o processo de nacionalização não era apenas o de criar uma linguagem que fizesse menção ao país, há pouco independente, e que mostrasse suas belezas naturais por meio do romance; tal processo visava, acima de tudo, transpor os valores realistas para que fosse possível mostrar à sociedade como ela tratava seus problemas, valendo-se da moral e dos bons costumes para educá-la. O folhetinista cearense obteve louros com sua primeira comédia, uma vez que *Rio de Janeiro, verso e reverso* (1857), quando encenada, foi bem acolhida pela crítica da época. Já sua segunda peça – *O demônio familiar* – diferenciava-se da primeira, pois dava ao negro e à escravidão grande destaque, além de possuir forte denotação crítica e política. Conforme João Roberto Faria:

É, portanto, forçoso reconhecer que, na história do teatro brasileiro, *O demônio familiar* figura como um divisor de águas. Marca, a um só tempo, a ruptura com o romantismo teatral e o início de uma dramaturgia voltada para a discussão de problemas sociais. [...] Em *O demônio familiar*, faz toda a ação girar em torno de duas questões fundamentais: a da presença do escravo no seio familiar e a das relações entre o amor, o dinheiro e o casamento. (Faria 46)

DISCUSSÃO

A peça que nos propomos a analisar, uma comédia de costumes leve, mostra Pedro, menino escravo da casa, frequentemente intrometido na vida amorosa de seus senhores, com o único desígnio de se tornar cocheiro de família rica. Ao mesmo tempo em que luta para promover a união de sua senhora Carlotinha com Alfredo, usa artifícios para separar Henriqueta e Eduardo, irmão de Carlotinha e também seu senhor, com o objetivo de aproximá-lo de uma viúva rica interessada nele. Com críticas diretas à instituição do casamento por conveniência e à supervalorização do elemento estrangeiro frente ao nacional, José de Alencar enfatiza a presença do escravo dentro da família branca sem esquecer-se de expor os costumes fúteis da sociedade daquela época. Durante a leitura da peça, é possível visualizar a ironia velada do autor que nos traz um escravo manipulador de seus senhores, que repetidas vezes arma situações para alcançar sua meta de ascender no trabalho; e faz isso justamente se valendo da tendência que os homens e mulheres da época tinham em sempre almejar um casamento bem sucedido ou mesmo mercadorias vindas de fora, viagens para o exterior, onde tudo seria melhor que no Brasil. Em determinadas passagens o escravo Pedro se mostra inteligente e perspicaz, surpreendendo seus senhores:

PEDRO: Oh! Pedro sabe como há de arranjar este negócio. Nanhã não se lembra, no teatro lírico, uma peça que se representa e que tem homem chamado Sr. Fígaro, que canta assim: Tra- la-la-la-la-la-la-la-tra!! Sono unbarbiere di qualità! Fare la barba per carità!...

CARLOTINHA: (rindo-se) Ah! O barbeiro de Sevilha!

PEDRO: é isso mesmo. Esse barbeiro, Sr. Fígaro, homem fino mesmo, faz tanta coisa que arranja casamento de sinhá rosinha com nhonho Lindório. E velho doutor fica chupando nodedo, com aquele frade de d. Basílio!

CARLOTINHA: Que queres dizer com isto?

PEDRO: Pedro tem manha muita, mais que Sr. Fígaro! Há de arranjar casamento de Sr. moço Eduardo com sinhá Henriqueta. Nanhã não sabe aquela ária que canta sujeito que fala grosso? (Cantando) "La calunia!.."

CARLOTINHA: Deixa-te de prosas!

PEDRO: Prosa, não; é verso! Verso italiano que se canta!

CARLOTINHA: (rindo) Tu também sabes italiano?

PEDRO: Ora! Quando Sr. moço era estudante e mandava levar ramo de flor à dançarina do teatro, aquela que tem perna de engonço, Pedro falava mesmo com patrício dela: Unfiore, signorina! (Alencar 22)

Fica claro que, por meio da ironia que também causa riso, o autor atribui ao escravo qualidades as quais, naquela época, nunca poderiam fazer parte da caracterização de uma pessoa negra, como a inteligência, a esperteza, o raciocínio lógico e a perspicácia. O enredo leve e cômico não mostra qualquer comportamento maldoso ou rancoroso do menino escravo para com seus senhores em nenhum momento da peça, mas o caracteriza como um ser ardiloso e malicioso. Além disso, é fato também que o escravo Pedro não deseja a liberdade de forma alguma; ao contrário, luta de todas as maneiras para conseguir o que deseja: casar seus patrões de modo que se torne cocheiro de família abastada, uma função de destaque para um escravo. Pedro pode inclusive ser considerado um escravo desastrado, até mesmo inocente, porque não possui consciência das consequências que suas ações trarão, porém sabe muito bem o que deseja e faz de tudo para alcançar sua

meta. Ele acredita que, enganando os que lhe cercam, estará fazendo o bem não apenas para ele, mas para todos. Fica evidente durante o desenrolar dos acontecimentos que, conforme já apontado anteriormente, na visão do autor, o negro não tinha a mínima consciência de sua condição, nem muito menos das opções de vida que poderia ter se não fosse escravizado.

Ao focalizarmos a novela de Macedo, conhecemos Simeão, menino criado como filho pelos senhores Angélica e Domingos Caetano, com direitos iguais aos da filha do casal, Florinda, até os oito anos de idade. A escrava mãe de Simeão havia amamentado Florinda, que tinha quase a mesma idade do menino, devido à impossibilidade de Angélica o fazer. Após o falecimento da mucama, os senhores decidiram cuidar de Simeão em sinal de gratidão e reconhecimento. Quando maior, mesmo sem poder se sentar à mesa ou dormir na casa grande, Simeão permanece sustentado pela família, sem precisar trabalhar. A infância doce do garoto é retratada no início do texto:

A compaixão e o reconhecimento em breve se transformaram em verdadeira afeição: o crioulo era esperto e engraçado, começou fazendo rir, acabou fazendo-se amar. Simeão divertia, dava encanto às travessuras de Florinda: Domingos Caetano e Angélica o amaram em dobro por isso. Até os oito anos de idade Simeão teve prato à mesa e leito no quarto de seus senhores, e não teve consciência de sua condição de escravo. Depois dos oito anos apenas foi privado da mesa e do quarto em comum; continuou, porém, a receber tratamento de filho adotivo, mas criado com amor desmazelado e imprudente, e cresceu enfim sem hábito de trabalho, abusando muitas vezes da fraqueza dos senhores, sem atingir a dignidade de homem livre, e sem reconhecer nem sentir a absoluta submissão do escravo. (Macedo 16)

Contudo, devido à exagerada complacência de seus senhores e às fofocas que ouvia na cozinha, Simeão torna-se cada vez mais manipulador, mal-intencionado e perigoso, o que confere à obra uma atmosfera trágica, sombria e pesada, aspecto ressaltado pela interferência do narrador onisciente e totalmente parcial desde o início da narrativa.

A insuficiência do castigo serviu somente para irritar o crioulo que, ressentido da privação de seus prazeres, maldisse dos senhores na cozinha, recrudescendo-lhe a raivacom as zombarias e as provocações dos parceiros. A escravidão já tinha com o seu cortejo lógico e quase sempre infalível de todos os sentimentos ruins, de todas as paixões ignóbeis, estragado o crioulo que talvez houvesse nascido com felizes disposições naturais: o ódio aos senhores já estava incubado na alma do escravo; só faltava para desenvolvê-lo o calor mais forte da ação do domínio absoluto que desumaniza o homem a ele sujeito. (Macedo. 21)

Somente aos vinte anos Simeão sofre a primeira punição física e é chicoteado por Domingos Caetano por ter roubado uma joia do aposento de seus senhores, além de ter ofendido a irmã de criação; daí em diante só alimenta ódio dentro de si, arquitetando uma trama de vingança e por fim matando seus benfeitores de maneira extremamente cruel. Assim, os climas antagônicos dos dois textos, diferentes também e obviamente por seus gêneros, nos revelam como a escravidão é encarada

pelos autores e quais recursos que usam para mostrar isso ao leitor: Alencar, por meio das falas de Eduardo, afirma que a culpa não é do cativo, mas da sociedade brasileira, que prefere deixar permanecer viva a escravidão a combater o mal que ela traz aos lares, conforme observamos ao ler trecho da cena final da peça:

EDUARDO – Ah! ... Escutem-me, senhores; depois me julgarão... É a nossa sociedade brasileira a causa única de tudo quanto se acaba de passar.

ALFREDO – Como?

VASCONCELOS – Que quer dizer?

AZEVEDO – Tem razão, começo a entender!

EDUARDO – Os antigos acreditavam que toda a casa era habitada por um demônio familiar, do qual dependia o sossego e a tranquilidade das pessoas que nela viviam. Nós, os brasileiros, realizamos infelizmente esta crença; temos no nosso lar doméstico esse demônio familiar. Quantas vezes não partilhamos conosco as carícias de nossas mães, os folguedos de nossos irmãos e uma parte das atenções da família! Mas vem um dia, como hoje, em que ele na sua ignorância ou na sua malícia, perturba a paz doméstica; e faz do amor, da amizade, da reputação, de todos esses objetos santos, um jogo de criança. Este demônio familiar de nossas casas, que todos conhecemos, ei-lo.

AZEVEDO – É uma grande verdade. (Alencar. 91)

Já Macedo deixa de lado cor, raça e miscigenação e afirma que a escravidão se constitui como causa da perversidade do escravo, visando expor as máculas que os cativos traziam às famílias brasileiras, de maneira crua e chocante, ao retratar assassinatos e latrocínios.

Mas a sua ingratidão e a sua perversidade não se explicam pela natureza da raça, o que seria absurdo; explicam-se pela condição de escravo, que corrompe e perverte o homem. O crioulo amorosamente criado pela família dos senhores seria talvez o seu melhor amigo, se não fosse escravo. (Macedo.18)

Quando nos voltamos à questão do gênero literário a que cada obra pertence, imediatamente notamos as diferenças: temos de um lado o texto dramático, escrito especialmente para ser representado por atores no palco, de enredo humorístico, mas em sua maior parte irônico e crítico, que envolve o leitor/expectador por sua leveza na fluidez dos acontecimentos. Do outro lado, temos a novela – uma narração que segue um ritmo mais acelerado do que aquele empregado no romance – de enredo obscuro, brutal e negativo, que aterroriza o leitor mediante a descrição de tão atrozes crimes. O que cada gênero possibilita ao interlocutor em termos de percepção em relação às especificidades discursivas ideológicas registradas por seus autores? Como cada escritor colocou sua intenção em prática?

O prefácio da coletânea de novelas, de grande valor histórico, nos traz informações relevantes acerca do pensamento de Joaquim Manuel de Macedo. Ao dirigir-se à classe proprietária, ele afirma que o personagem que vai expor “é o escravo de nossas casas e de nossas fazendas, o homem que nasceu homem, e que a escravidão tornou peste ou fera” (2010, p. 17), chamando sua atenção para a urgência de se banir a escravidão, para que ela não se alastrasse ainda mais. Para Macedo, “estas histórias veracíssimas foram de ontem, são de hoje, e serão de amanhã, e infinitamente se reproduzirão,

enquanto tiverdes escravos”. (1991, p. 5). Assim, Macedo deixava explícito seu objetivo com a obra:

Trabalhar no sentido de tornar bem manifesta e clara a torpeza da escravidão, sua influência malvada, suas deformidades morais e congênicas, seus instintos ruins, seu horror, seus perigos, sua ação infernal, é também contribuir para condená-la e para fazer mais suave e simpática a ideia da emancipação que a aniquila. (Macedo4).

As vítimas-algozes, pois, nascia com um propósito certo: mostrar, nas palavras de Macedo “a sífilis moral da escravidão infeccionando a casa, a fazenda, a família dos senhores” (1991, p. 4), para assim, conscientizar a comunidade branca dos males que os escravos infligiam e da necessidade de se por um fim à escravidão. Já durante a novela propriamente dita, o narrador, sempre muito próximo das cenas, emite opiniões como a que se segue:

Fora absurdo pretender que a ingratidão às vezes até profundamente perversa dos crioulos amorosamente criados por seus senhores é neles inata ou condição natural da sua raça: a fonte do mal, que é mais negra do que a cor desses infelizes, é a escravidão, a consciência desse estado violenta e barbaramente imposto, estado lúgubre, revoltante, condição ignóbil, mãe do ódio, pústula encerradora de raiva, pantanal dos vícios mais torpes que degeneram, infeccionam, e tornam perverso o coração da vítima, o coração do escravo. (Macedo 17)

Fica, dessa forma, evidente que o autor lança mão do prefácio e também da locução narrativa durante a obra ficcional para atingir seu objetivo de alertar à classe escravocrata dos perigos que o sistema adotado trazia a todo o momento para as famílias brancas. A voz do narrador é extremamente próxima à posição do autor que escreve o prefácio, e, por meio do exagero nas expressões que depreciam a figura do escravo, assume um caráter extremamente racista e oposicionista a tudo o que vinha da África, tomando por padrão o elemento europeu e suas tradições. Para nós leitores do fim do século XX e início do século XXI, o fato de um escritor considerado abolicionista ser racista e preconceituoso parece absurdo; entretanto, se considerarmos que nos séculos XVIII e XIX as concepções de cultura e raça eram absolutamente segregadas, veremos que o discurso de Macedo é voltado com muita consideração para aqueles únicos destinatários então dignos de preocupação: os senhores de escravos. Já José de Alencar, que se empenhava em valorizar o produto nacional, por várias vezes durante o texto cênico dá destaque para o personagem Azevedo, que voltou a pouco de Paris e fala metade de suas frases em francês, frequentemente menosprezando tudo o que observa no Brasil.

AZEVEDO: A nossa "Academia de Belas Artes?" Pois temos isto aqui no Rio?

ALFREDO: Ignorava?

AZEVEDO: Uma caricatura, naturalmente... Não há arte em nosso país.

ALFREDO: A arte existe, Sr. Azevedo, o que não existe é o amor dela.

AZEVEDO: Sim, faltam os artistas.

ALFREDO: Faltam os homens que os compreendam; e sobram aqueles que só acreditam e estimam o que vem do estrangeiro.

AZEVEDO: (com desdém) Já foi a Paris, Sr. Alfredo?

ALFREDO: Não, senhor; desejo, e ao mesmo tempo receio ir.

AZEVEDO: Por que razão?

ALFREDO: Porque tenho medo de, na volta, desprezar o meu país, ao invés de amar nele o que há de bom e procurar corrigir o que é mau.

AZEVEDO: Pois aconselho-lhe que vá quanto antes. (Alencar 62)

E como Alencar possuía a convicção de que a escravidão compunha parte do ciclo evolutivo de uma sociedade, a abolição do sistema só deveria acontecer quando a sociedade brasileira estivesse firmemente estabelecida. Vemos assim, que a valorização do nacional estava recorrentemente presente no roteiro da peça, de maneira ironizada nas deixas de Azevedo. Ou seja, para que a nação realmente viesse a se sedimentar, era necessário continuar se apropriando, mesmo que somente por mais um período de tempo, do trabalho escravo – evitando, dessa maneira, que a mão de obra e a economia agrária se enfraquecessem. Logo, é possível reconhecer mais uma diferença entre Alencar e Macedo, que se reflete em suas obras: enquanto o primeiro acredita numa função primordial da escravatura para a consolidação da nação enquanto sociedade, o segundo só enxerga uma “fonte de desmoralização, de vícios e de crimes [...]” (Macedo 3), a qual precisa ser extirpada da sociedade imediatamente, conforme lemos no prefácio de *As vítimas-algozes*.

Por outro lado, é interessante perceber que, ao mesmo tempo em que se verificam diferenças de gênero e enredo entre as duas produções literárias, ocasionadas obviamente pela diversidade das crenças de seus autores, é possível também identificar aproximações entre as mesmas. Uma vez que ambos os autores estavam preocupados com a presença do escravo nos lares brasileiros e se utilizaram do artifício literário para disseminar suas mensagens, percebe-se que tanto José de Alencar como Joaquim Manuel de Macedo atribuem um caráter edificante à ficção e, conseqüentemente às suas produções. Macedo via na literatura uma função pragmática e acreditava que ela seria inteiramente capaz de mudar as opiniões e atitudes dos grandes proprietários de terra. Alencar, como modo de apoiar seu projeto de formação da identidade nacional, também via na literatura um papel moralizante, capaz de moldar novos e mais nobres costumes para a sociedade, conforme explicado anteriormente. Outra semelhança entre os textos é o fato de Simeão e Pedro possuírem algumas características em comum, como por exemplo, terem sido criados dentro do ambiente familiar e não possuírem a consciência, até determinado momento de suas histórias, do que significa ser livre. Diante disso, é importante observar a diferença que os escravos domésticos possuíam quando comparados aos outros escravos que ficavam na senzala. Flávio Aguiar, no livro *A comédia nacional no teatro de José de Alencar* (1984), ajuda-nos a desenvolver um pouco mais essa questão:

Os escravos domésticos formavam uma categoria especial entre os próprios escravos. Era comum, em casos de revolta ou de agitações, ficarem do lado dos senhores, ou mesmo servirem como informantes, para manterem o “privilegio” de serem escravos domésticos, e não trabalhadores do campo; de terem o “seu” mundo na casa-grande, não na senzala. (Aguiar 82)

Pedro e Simeão tinham tratamento diferenciado e também a confiança de seus senhores. O personagem de Macedo não tinha condição de saber o que era ser livre, pois criado com amor desmazelado já queria se entender como um cidadão, algo que nunca o fora. Assim, como poderia Simeão pensar em se emancipar, uma vez que não tinha consciência de que nunca esteve livre? Seu modo aparentava o de um homem independente por nunca ter trabalhado com serviços braçais, porém nunca lhe fora ensinado nada acerca da liberdade. É o que podemos conferir com a seguinte passagem da narrativa:

O crioulo escravo e estimado, por isso mesmo que tem mais aguçada inteligência, e por isso mesmo que deram-lhe as mostras dos gozos e da superioridade, mas não lhe deram a condição e a educação próprias do homem livre, pesa melhor que os escravos brutais o preço e o encanto da verdadeira liberdade; no meio dos benefícios compreende que lhe falta um que vale mais do que todos os outros somados e multiplicados; feliz pelos favores que recebe, pelos dons da afeição de que é objeto, esbarra sempre diante da realidade da escravidão, que o abate, avilta e moralmente o aniquila: deseja e não tem, quer e não pode, sonha e não realiza o bem supremo da terra, escravo se reconhece e bebe o ódio, os maus costumes, o veneno, a perversidade da escravidão. (Macedo 18)

Pedro, ao contrário, apesar de garoto, trabalhava servindo aos seus senhores da maneira que lhes aproovesse, tendo apenas o objetivo de ser cocheiro. Ou seja, parecia entender que ser cocheiro o faria se elevar frente aos outros negros, o que evidencia a falta de consciência do que era liberdade; ou, se a conhecia, não era esse seu principal objetivo, pois buscava uma melhor condição para si enquanto escravo, conforme podemos verificar por meio do seguinte trecho da peça:

EDUARDO: O que é que trocaste?

PEDRO: Verso feio da viúva para sinhá Henriqueta; verso bonito de sinhá Henriqueta foi para a viúva.

EDUARDO: De maneira que estou com um casamento arranjado com uma correspondência amorosa e poética; e tudo isto graças à tua habilidade?

PEDRO: Negócio está pronto, sim, senhor; é só querer. Pedro de vez em quando leva uma flor ou um verso que senhor deixa em cima da mesa. Já perguntou por que V. Mce. não vai visitar ela!

EDUARDO: (rindo-se) Eis um corretor de casamentos, que seria um achado precioso para certos indivíduos do meu conhecimento! Vou tratar de vender-te a alguns deles para que possas aproveitar o teu gênio industrial.

PEDRO: Oh! Não! Pedro quer servir a meu senhor! Vossa Mercê perdoa; foi para ver senhor rico!

EDUARDO: E que lucras tu com isto? Sou tão pobre que te falte aquilo de que precisas? Não te trato mais como um amigo do que um escravo?

PEDRO: Oh! Trata muito bem, mas Pedro queria que senhor tivesse muito dinheiro e comprasse carro bem bonito para...

EDUARDO: Para... Dize!

PEDRO: Para Pedro ser cocheiro de senhor!

EDUARDO: Então a razão única de tudo isto é o desejo de ser cocheiro?

PEDRO: Sim, senhor! (Alencar 37)

Nesse momento é interessante novamente entrarmos em contato com uma observação de Flávio Aguiar a respeito da criação de José de Alencar:

Não sei onde andava a imaginação de Alencar quando projetou, para Pedro, este desejo de ser cocheiro, e não outro, mas o achado foi muito feliz. A figura do cocheiro impressiona Pedro pelo status que lhe daria. Também bom não esquecer que cocheiro é aquele que exerce – de forma “sofisticada” – o domínio sobre a besta. Quer dizer, o que Pedro quer mesmo é renegar a sua condição de escravo (embora não verbalize isto dessa forma), diferenciar-se da condição animal e ascender à condição humana. O que Pedro faz, de sua condição de não-livre, é, na verdade, uma paródia de condição humana. (Aguiar 77)

Quando examinamos os desfechos das obras, vemos que, no texto cênico, José de Alencar propõe um castigo ao escravo Pedro: ser alforriado e ficar por sua própria conta e sem a proteção da família que o acolhia. Aqui liberdade é mostrada como punição, quando o senhor de Pedro o liberta para sentir na pele o sofrimento de ser livre e para enfrentar a realidade que o espera fora de casa. Seria possível inclusive relacionarmos essa liberação abrupta e imediata de Pedro com o que José de Alencar considera como sendo a abolição da escravatura no país naquele momento: um castigo, algo que seria muito difícil de ser enfrentado pela nação, devido a todos as desvantagens que ela traria. Já Joaquim Manuel de Macedo descreve como a justiça enforca o escravo Simeão, que não consegue fugir após matar e roubar a família que o criou. Ao propor o encerramento da estória dessa forma, o autor também ilustra sua convicção de que somente com a total e imediata extinção do escravagismo é que a sociedade teria segurança. “Há só uma força que vos pode livrar dos escravos ingratos e perversos, dos inimigos que vos cercam em vossas casas. É a força santa do carrasco anjo: é a civilização armando a lei que enforque para sempre a escravidão.” (Macedo 37)

RESULTADOS

Por meio deste trabalho podemos concluir que José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo analisaram a escravidão sob pontos de vista diversos, bem como segundo seus respectivos paradigmas literários. Com o primeiro conhecemos a intenção de fortalecer a nação enquanto sociedade recém-formada, além de sua literatura consequentemente. Em Macedo, o Pré-Naturalismo, baseado na objetividade e no cientificismo, se refletiu claramente em *As vítimas-algozes*. Eles trabalharam o tema de acordo com seus respectivos padrões e convenções literárias os quais não cabe julgar; são ideologias diferentes e não compete ao estudioso tomar partido, mas apenas apresentá-los e compará-los. Lembremo-nos, pois, de que as obras aqui postas em questão foram lançadas com mais de uma década de distanciamento, a de Macedo só foi publicada doze anos após a de Alencar; apesar de algumas diferenças, é possível observar as semelhanças entre as propostas dos dois escritores. Acima de tudo, percebe-se, paradoxalmente, que em alguns aspectos o pensamento de Alencar – tido como escravagista – estava próximo ao pensamento de Macedo – tido como abolicionista. O que definitivamente não se pode contestar é que ambos tiveram e ainda têm grande importância principalmente porque se propuseram a discutir a escravidão que há muito tempo era deixada de lado, proporcionando-nos imagens da história da sociedade brasileira.

Todavia, dois fatos – ligados ao ensino de Literatura e História nas escolas brasileiras – não podem deixar de ser observados. Com relação ao primeiro, não podemos ignorar a falta de exploração por parte dos livros didáticos acerca dos fatos de

que José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo proclamavam discursos abolicionistas no mínimo bizarros. Na verdade, os programas escolares de Literatura Brasileira indicam obras desses mesmos autores como *Iracema* (1865), *O Guarani* (1857), *A Moreninha* (1844) e *O Moço Loiro* (1845), sem fazer a mínima menção às duas produções analisadas pelo presente trabalho. Ou seja, os alunos concluem o Ensino Médio tendo José de Alencar como expoente máximo da literatura indianista brasileira e Joaquim Manuel de Macedo como autor do primeiro romance brasileiro – mas sem nunca imaginar o quão absurdos eram seus discursos em relação à escravidão. Em relação à disciplina de História, é possível afirmar que com a Lei Nº 10.639/03, alterada pela Lei Nº 11.645/08 – que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio – vem acontecendo uma evolução referente à questão da invisibilidade da figura dos escravos como sujeitos históricos. É possível observar por meio das propostas da nova BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que os professores são incentivados a destacarem a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira durante as aulas. Mesmo assim, infelizmente, a mudança é lenta e parcial. Tais falhas se estendem por mais de um século em meio à educação brasileira e com certeza têm influência direta nas relações sociais de segregação e preconceito racial entre cidadãos que já foram alunos. Por essa razão defendemos um ensino multi e interdisciplinar, que possa entrelaçar conteúdos programáticos, dando suporte teórico a professores que visam mediar uma compreensão da diversidade étnica pelos estudantes.

Somente por meio de práticas de ensino interligadas teremos chance de ajudar a construir a consciência social dos aprendizes, que não somente terão seus horizontes de conhecimento ampliados, mas que certamente virão a compartilhar ideais que os farão edificar uma sociedade mais tolerante e igualitária, menos preconceituosa e violenta.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, F. 1984. A comédia nacional no teatro de José de Alencar. Ática, São Paulo, Brasil.
- Alencar, J. de. 2003. O demônio familiar. Editora da Unicamp, Campinas, Brasil.
- Alencar, J. de. 2008. Cartas a favor da escravidão. Hedra, São Paulo, Brasil.
- Candido, A. 1997. Formação da literatura brasileira. (Momentos decisivos). Vol. II. Editora Itatiaia Limitada, Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Brasil.
- Coutinho, A. 1965. A polêmica Alencar-Nabuco. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Faria, J. R. 1987. José de Alencar e o teatro. Editora Perspectiva, São Paulo, Brasil.
- Macedo, J. M. de. 1991. As vítimas-algozes: quadros da escravidão. Scipione, São Paulo, Brasil.
- Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 1888. Lei Nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Disponível online em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM3353.htm.
- Serra, T. R. C. Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos: a luneta mágica do II Reinado. 2004. Editora da Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
